

ESTRADAS PARA A ÁFRICA

Hundira Souza
da **Cunha**¹

*(...) Saberás então que há sempre um co-
meço no profano rio em que a vida arde (...)
e não peças jamais ao rio que aguarde.
(António Tomé, poeta Moçambicano)*

Uma lei deve servir ao cidadão, para que o cidadão possa servir à lei. No âmbito educacional, uma lei só será possível de ser cumprida, quando a Escola se der conta de que, além de carteiras, mapas e papel, ela é dotada de muita respiração. O historiador africano Joseph Ki-Zerbo, nascido em Bourkina Faso, nos coloca em frente a uma questão muito preciosa para a compreensão da África.



[1] Hundira Souza da Cunha é professora de História, licenciada pela Universidade Estadual de Feira de Santana-BA. Especialista em Estudos Ambientais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: hundira@gmail.com.

Ao discutir a metodologia da pesquisa histórica, ele nos diz que “é necessário evitar tanto a singularização excessiva da África, quanto a tendência a alinhá-la demasiadamente segundo normas estrangeiras”².

Pensando em Ki-Zerbo, e olhando para as diversas tenta-

[2] KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In: *História Geral da África: metodologia e pré-história da África* (Vol. I). Trad. Beatriz Turquetti (et alli). São Paulo: Ática / UNESCO, 1982, p. 23. (Trata-se de uma belíssima Coletânea sobre a História Geral da África, um projeto editorial financiado pela UNESCO).



A História da África nas nossas vidas não deve ser somente uma aceção livresca. Pode ser descoberta a todo tempo, no nosso cotidiano.

tivas de efetivação das diretrizes oriundas da sanção da Lei 10.639/03, que obriga a implantação do tema História e Cultura Afro-brasileira na escola básica, percebemos que se torna necessário abraçar novos conceitos como oralidade, memória, imaginário e cultura na nossa prática pedagógica cotidiana. Isso não significa, no entanto, partir para uma folclorização da cultura afro-brasileira, ou romantizar um passado que não deve ser esquecido e que não lembra, nem de longe, um texto lírico e romanesco.

Não adianta tratar a África como um mundo fora do mundo. Nossos alunos precisam estudar a Antiguidade nos países africanos (não só no Egito); a expulsão das tropas do fascista Mussolini pelo exército de Hai-

le Selassie, da Etiópia; o posicionamento político dos países africanos durante a Guerra Fria; os países africanos no contexto do neoliberalismo e das inovações tecnológicas. Enfim, tratar de conteúdos que se ajustem à proposta curricular atual. Esses conhecimentos, porém, devem encontrar outros meios de ser apresentados. Trata-se de aprender com a África a falar de África, redefinir conceitos, repensar padrões já estabelecidos. Nós, educadores, acompanharemos nossos educandos no ajuste da lente que, até então, só via leões e escravos no continente africano.

Para atender à Lei 10.639/03, precisamos, além de desvendar a África, reconhecê-la como parte fundamental da formação cultural brasileira. Realidades distintas pedem métodos distintos, formas novas de lidar com um determinado saber. Ao olhar à nossa volta, podemos perceber os lugares onde vive a história da África no nosso cotidiano e, dessa forma, nos distanciar do utilitarismo do saber formal, cartesiano, repensando, com isso, a idéia que temos de patrimônio, de civilização e, principalmente, de História.

A África vive em nós, por exemplo, nos contos dos mais

velhos, no saber sobre o uso das ervas, na comida, no conhecimento sobre o nosso corpo. Definimos a imagem da África, em nosso cotidiano, através de foco racional-etnocêntrico, da mídia e das aulas de História e Geografia. Precisamos, no entanto, defini-la também de forma intensamente sensorial, no atabaque, na moqueca, na reza com ramos de arruda.

A História da África nas nossas vidas não deve ser somente uma acepção livresca. Pode ser descoberta a todo tempo, no nosso cotidiano. Esta possibilidade nos abre caminhos para um trabalho de encantamento e quebra dos paradigmas depreciativos. Em tal trabalho, os nossos maiores aliados são os próprios educandos, ao mostrar-nos que, na escola, também há espaço para o saber das suas mães e avós. Diante disso, o cumprimento da Lei deixa de ser um trabalho burocrático e transforma-se, verdadeiramente, em um novo caminho para a educação.

Praticar, de fato, a variedade étnico-cultural na sala de aula requer fazê-lo não de forma tecnicista, apenas como obediência a uma lei, mas levando em conta, sobretudo, a condição do aprendente. Afir-

mal, a escola é para ele e devemos, portanto, como educadores, colocar a escola no mundo e o mundo na escola. Trata-se mais de reconquistar um saber presente no mundo da vida, ou, então, corre-se o risco de reduzir a metodologia à mera transmissão de conhecimentos sobre a África e os africanos no Brasil, ocidentalizando ou mistificando excessivamente aquele continente. Esta é a ameaça, caso o cumprimento da Lei seja reduzido a conhecimentos obrigatórios de currículo, tomando, mais uma vez, a aprendizagem como um pro-

cesso meramente instrucional.

Alcançamos o mundo através dos nossos múltiplos sentidos, sendo que essa possibilidade pode ser estendida para a compreensão de uma temática que necessita de interdisciplinaridade, para ser entendida como um todo. Daí, a imagem que me vem à cabeça quando penso em metodologias para o ensino da História da África é de algo ser saboreado, tendo em mente que esta degustação vai ter diversos sabores, do amargo ao tom dulcíssimo, mas que temos de provar realmente, para saber.

Praticar, de fato, a variedade étnico-cultural na sala de aula requer fazê-lo não de forma tecnicista, apenas como obediência a uma lei, mas levando em conta, sobretudo, a condição do aprendente.

Foto: Francois Carstens

